



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Contratação de serviço de assinatura de 10 licenças de uso do software Miro, Plano Enterprise, pelo período de 12 meses, com direito a atualizações de versões e suporte para atender necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, conforme condições e requisitos técnicos descritos neste Termo de Referência.

2. Fundamentação da Contratação

A inovação é um valor institucional, presente no atual ciclo-estratégico do TRE-SC (2021-2026), instituído pela Portaria TRE-SC/P n. 83/2021.

A Portaria da Presidência n. 110/2023 dispôs sobre a criação, composição e as atribuições do Laboratório de Inovação e de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC), elencando com princípios e valores: a cultura da inovação; o foco no usuário; a participação, horizontalidade e multidisciplinaridade; a colaboração, cocriação e empatia, dentre outros.

Ainda em 2023, o TRE-SC desenvolveu e instituiu o Índice de Inovação Institucional para acompanhar a evolução da inovação nas áreas: Liderança, Estratégia, Sociedade, Informações e Conhecimento, Pessoas, Processos, Ambiente, Recursos, Parcerias e Resultados Institucionais.

Para evoluirmos a inovação institucional nessas áreas e possibilitar o alcance dos objetivos do InovaTRES, alinhados à Estratégia Institucional, **identificou-se a necessidade da contratação de uma ferramenta de colaboração visual online que possibilite a interação de servidores e servidoras da Sede e dos Cartórios Eleitorais de Santa Catarina.**

A ferramenta servirá principalmente para construção de protótipos de soluções para os principais problemas detectados nas avaliações dos projetos das Eleições.

Com a solução de uma plataforma de colaboração visual on-line também é possível armazenar uma quantidade infinita de quadros de trabalho pelas diversas unidades do TRE-SC ao mesmo tempo que isso reduz a necessidade de ocupação de salas de reunião por longos períodos e permite o armazenamento de trabalho de forma digital, reduzindo custos com o transporte das equipes e de material relacionados aos projetos que serão trabalhados por meio da solução a ser adquirida.

3. Descrição da solução

Plataforma de colaboração visual online que permite equipes trabalharem de forma dinâmica e interativa, possibilitando a criação de quadros digitais ilimitados, colaboração em tempo real, oferecimento de modelos prontos e integrações com a ferramenta *Google Workspace*.

3.1. Estudo Técnico Preliminar

Este documento foi elaborado considerando o Documento de Formalização da Demanda e os Estudos Técnicos Preliminares constantes no Processo Administrativo Eletrônico nº. 7.816/2025.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.3. Códigos SIASG

27502 - Cessão temporária de direitos sobre programas de computador, locação de software.

4. Requisitos da contratação

- 4.1. Fácil localização de cursos online da solução, do básico ao avançado;
- 4.2. Disponibilização de Central de ajuda aos usuários;
- 4.3. Disponibilização de recursos específicos para facilitação de workshops e reuniões colaborativas;
- 4.4. Realização de manutenção preventivas em janelas de manutenção não superior a três horas com notificação prévia aos usuários;
- 4.5. Disponibilização de gerenciamento de acessos e autenticação em dois fatores;
- 4.6. Acesso multiplataforma;
- 4.7. Colaboração em tempo real;
- 4.8. Capacidade de integração com outras ferramentas, especialmente *Google Workspace*;
- 4.9. A solução deve ser compatível com diferentes sistemas operacionais e dispositivos móveis;
- 4.10. Possibilitar a aplicação da abordagem de *Design Thinking* para resolução de problemas e criação de soluções inovadoras;
- 4.11. Desenho de formas e de ícones para criação de diagramas e infográficos;
- 4.12. Recurso de aumento e diminuição do tamanho do quadro;
- 4.13. Upload de imagens, arquivos em formato PDF e vídeos do *Youtube* para o quadro;
- 4.14. Download de imagens, arquivos PDF e documentos do quadro;
- 4.15. Ferramentas para a criação e armazenamento de apresentações; e
- 4.16. Suporte 24 horas por dia, 7 dias por semana.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Prazos

O prazo para fornecimento das licenças do software deve ser de, no máximo, **5 (cinco) dias** contados do recebimento, pela contratada, do instrumento de contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

O serviço será prestado de forma remota.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

- 5.3.1. O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- 5.3.2. O recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.

5.4. Pagamento



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O pagamento será realizado em parcela única, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

5.5. Garantia do objeto

Não se aplica a esta contratação.

5.6. Vigência da contratação

O contrato de serviço de assinatura do software Miro terá vigência a partir da data da sua assinatura até o término da vigência de 12 (doze) meses da subscrição das licenças, podendo ser prorrogado até o limite decenal, nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133/2021.

5.7. Obrigações da Contratante

5.7.1. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, preço e prazo estabelecidos nesta contratação, e vinculados à entrega dos produtos e serviços pela Contratada, a partir da aprovação pelo Contratante.

5.7.2. Promover, nos termos do subitem 6.2, a gestão do Contrato, em conformidade com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021, e efetuar o recebimento provisório e definitivo do objeto.

5.7.3. Emitir pareceres no processo administrativo referente à entrega dos produtos, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais.

5.7.4. Exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

5.8. Obrigações da Contratada

5.8.1. Executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.8.2. fornecer as licenças do software em, no máximo, **5 (cinco) dias** contados do recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC;

5.8.3. Providenciar a renovação das subscrições em tempo hábil, de forma que as subscrições renovadas sejam entregues e ativadas, no máximo, até o vencimento das subscrições em uso, de modo a não haver interrupção nos serviços;

5.8.4. Fornecer todas as atualizações, *upgrades*, correções de *bugs* e *patches* que forem disponibilizados pelo fabricante da solução.

5.8.5. Não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do certame;

5.9. Transferência de conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

5.10. Direitos autorais

Não se aplica a esta contratação.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestão do contrato

6.1.1. As atividades de gestão contratual compreendem:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pela fiscalização do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio da fiscalização técnica e administrativa;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelas fiscalizações técnica e administrativa quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. As atividades de fiscalização técnica do contrato compreendem:

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar à gestão do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente à gestão do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar à gestão do contrato para ratificação;

g) comunicar à gestão do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização administrativa;

i) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. As atividades de fiscalização administrativa do contrato compreendem:

a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar à gestão do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização técnica;

f) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições
Fiscal técnico	Seção de Governança
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por meio de termo de contrato.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6.4. Acompanhamento do Contrato

O gestor manterá controle gerencial acerca da prestação dos serviços, a fim de subsidiar a estimativa para as futuras contratações.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

Não se aplica a esta contratação.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

Não existe a possibilidade de parcelamento do objeto. A adjudicação será por item único.

9.2. Seleção do fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse em fornecer o produto, nas condições estipuladas pelo contratante. O Tribunal utilizará critérios com o objetivo de adquirir a proposta mais vantajosa, respeitando o princípio da isonomia entre os licitantes.

9.2.1. O licitante deverá apresentar, junto com a proposta, comprovação do fabricante (MIRO) de que é revendedor autorizado, estando devidamente habilitado para comercialização de suas licenças e/ou serviços.

9.2.1.1. A presente contratação tem por objeto o licenciamento do software **Miro**, especificamente no plano **Enterprise**, que se diferencia das versões comerciais básicas por oferecer camadas críticas de segurança, governança de dados e integração de infraestrutura.

A exigência de que o licitante comprove ser um **Parceiro/Revendedor Autorizado** pelo fabricante (MIRO) fundamenta-se nos seguintes pilares técnicos, em estrita observância ao dever de cautela da Administração Pública:

Garantia de Suporte Técnico de Última Instância (Nível 3): O plano Enterprise demanda suporte direto do fabricante para correção de falhas no código-fonte ou instabilidades no ambiente de nuvem. Conforme o modelo operacional da MIRO, o suporte técnico oficial e a escalabilidade de chamados críticos são garantidos prioritariamente através de canais de parceria homologados. A contratação via revenda não autorizada fragiliza o dever de garantia, podendo deixar o Contratante desassistido em incidentes de alta complexidade.

Provisionamento e Segurança (SSO e SCIM): A ativação dos recursos de *Single Sign-On* (SSO) e *System for Cross-domain Identity Management* (SCIM) — essenciais para o cumprimento da LGPD e para o controle de acesso de servidores públicos — exige que a revenda possua *tokens* de provisionamento e acesso ao portal de parceiros do fabricante para a correta configuração do *tenant* (instância) governamental. Sem a autorização formal, o licitante não possui meios técnicos comprovados para garantir essa integração.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Conformidade Legal e Propriedade Intelectual: A licença Enterprise da MIRO envolve direitos de uso de propriedade intelectual estrangeira. A comprovação de autorização garante que o licenciamento é legítimo e que o pagamento dos tributos de importação de *software* (como CIDE e PIS/Cofins-Importação) está sendo operado conforme a cadeia logística oficial, evitando riscos de responsabilidade solidária deste Tribunal por uso de *software* irregular ou "pirataria de nuvem".

Continuidade dos Serviços: O entendimento consolidado pelo TCU permite a exigência de autorização quando esta for **indispensável para assegurar a execução do objeto**. No caso de um *software* como serviço (SaaS) crítico, a descontinuidade do acesso por falta de reconhecimento da venda pelo fabricante causaria dano irreparável à memória técnica e às atividades colaborativas do Órgão.

Portanto, a exigência não visa restringir a competitividade, mas sim assegurar que a futura Contratada detenha os meios técnicos necessários para a efetiva entrega e manutenção do ecossistema Enterprise, mitigando riscos de inadimplemento contratual que empresas sem vínculo formal com o fabricante não conseguiriam sanar.

9.2.1. Critérios de habilitação

Não há requisitos específicos de qualificação técnica ou econômico-financeira.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade "Pregão" e do critério de julgamento "Menor Preço".

10. Estimativas do valor da contratação

Item	Descrição resumida	Quant	Valor unitário	Valor total
1	Subscrição de licenças de uso Miro – Plano Enterprise	10	R\$ 2.258,90	R\$ 22.588,98
VALOR ESTIMADO TOTAL				R\$ 22.588,98

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo II, item 43 do Plano de Contratações Anual - Exercício 2025.

11.2. Plano de Logística Sustentável

Não há impacto ambiental negativo gerado por esta contratação.

11.3. Outros instrumentos



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Além da Resolução CNJ 395/2021, que instituiu a Política de Gestão da Inovação do Poder Judiciário, alinha-se também:

Aos objetivos do InovaTRES (art.5º, Portaria TRE-SC/P n. 110/2023):

- Implementar a Política de Gestão da Inovação do Poder Judiciário no âmbito do TRE-SC;
- Captar ideias para impulsionar projetos de inovação;
- Promover a sensibilização e a conscientização relativas à importância da inovação para o aprimoramento contínuo do serviço público realizado pela Justiça Eleitoral;
- Apoiar o desenvolvimento de projetos e soluções de inovação que contribuam para o alcance dos objetivos previstos no Plano Estratégico Institucional e no Plano de Logística Sustentável;
- Otimizar os processos de trabalho; aprimorar a prestação jurisdicional; e unir conhecimento, inovação e eficiência na prestação do serviço público, com o objetivo de gerar valor para a instituição com novos produtos e serviços.

Iniciativas estratégicas do TRE-SC (Anexo II da Portaria TRE-SC/DG N. 294/2023)

- INI.37 - Fomentar a inovação institucional

12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
1	02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.40	R\$ 22.588,98
Total			R\$ 22.588,98

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea "a" do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado no cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescida de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “h” a “l”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;
- b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
- c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste subitem.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.